

DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO NORDESTE: UM OLHAR SOBRE O GTDN; IMPRESSÕES E CONTRIBUIÇÕES

João Paulo Teixeira Viana ¹
Damião Ferreira da Silva Neto ²

RESUMO

O presente trabalho aborda o desenvolvimento regional do Nordeste, a luz do GTDN, com suas Impressões e Contribuições no que concerne este debate. No qual analisa a problemática nordestina na década de 50 e seus respectivos fatores que contribuíram para a criação do relatório “Uma Política para o Desenvolvimento do Nordeste” cunhado pelo o GTDN (Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste). O objetivo deste estudo é explicar e expor como o documento do GTDN contribuiu para dá visibilidade ao Nordeste perante o governo federal. O caminho metodológico seguiu a revisão documental em que utilizou o relatório supracitado como principal fonte, bem como pesquisa bibliográfica de vários autores como; Furtado, Bacelar, Bielschowsky e Cano. Para chegar aos resultados foi preciso analisar o Brasil e o Nordeste na década de 1950, bem como as principais teorias econômicas que se desenvolviam na época o Liberalismo e Desenvolvimentismo e aprofundar detalhadamente o documento do GTDN, mostrando que as obras de Furtado lançadas anteriormente ao relatório serviram de grande referencial teórico para a construção do documento e que contribuiu não só para uma maior atenção do governo ao Nordeste, mas serviram de base para estudos, debates, políticas e programas futuros.

Palavras-chave: GTDN. Documento. Desenvolvimento. Nordeste.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho trás o seguinte tema: O Desenvolvimento Regional do Norte: Um olha do GTDN; Impressões e Contribuições. Onde teremos por intuito de explicar em uma forma cronológica como se deu o processo de criação do relatório “Uma Política para o Desenvolvimento do Nordeste” e como o mesmo contribuiu como a “luz” que traduzindo, seria a esperança que o Nordeste necessitava e a importância do Economista Celso Furtado para este debate e sua construção teórica.

O trabalho se volta para uma análise nos anos 50 onde debate sobre o desenvolvimentismo, igualmente como no século XIX, ganha novamente um grande destaque no âmbito econômico e político nos países subdesenvolvidos, e neste caso o Brasil passa por um processo de substituição de importações, advindas da adoção do sistema capitalista. Dentro desse contexto há também um processo de transformações sociais e políticas, além do desenvolvimento pautado na industrialização. Esse processo de transformações futuras no

¹ Mestrando do Curso de Pós-graduação Profissional em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, jpviaana25@yahoo.com;

² Graduando pelo Curso de Engenharia Agrônoma da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, damiaoneto222@gmail.com;

Brasil não foi de forma total, no que era centrado em determinadas regiões que ocasionou consequências e grandes disparidades regionais em que a região Nordeste foi a mais afetada pela a desatenção do governo federal e se intensificou com clima severo em que produziu uma de suas maiores secas na região.

Havia assim a necessidade de algo que impulsionasse o governo a dar mais atenção e direcionamento de políticas e investimentos para o Nordeste e é nesse meio de desesperança que surge a base inicial que possibilita não só uma nova ótica para a região supracitada, mas uma pulsão de novos debates e possibilidades em desenvolver a região Nordeste.

A criação do relatório do GTDN surgiu por conta dos debates e divulgação das estatísticas concernentes ao desempenho econômico das regiões no país no qual o Nordeste apresentava índices de desigualdades relativamente altas, com isso o GTDN veio para examinar a questão das crescentes desigualdades inter-regionais e traçar as linhas mestras de seu equacionamento.

As questões norteadoras, que possam responder a problema sobre a influência do GDTN, em prover a discussões acerca da questão nordestina, tem-se sua explicação no contexto da década de 50, com as transformações econômicas, da passagem do neoclássico para uma nova corrente o desenvolvimentismo.

Nosso objetivo central é analisar as contribuições que o relatório do GTDN e como o mesmo foi a “luz” que o Nordeste necessitava com relação a uma maior atenção perante o governo federal da época, como também as ações posteriores a publicação do documento e por fim exemplificar a grande importância que esse documento teve para os debates após sua publicação.

No entanto para chegar à discussão acerca deste problema, foi preciso a criação de um relatório, que serviu de base para discutir a promoção de como promover o desenvolvimento em uma região com tantos problemas sociais. Outro fator admirável para a escolha, é que este documento foi criado por pressão de grupos da sociedade que esperavam soluções para a região Nordeste e participação desses atores sociais, foi de grande importância para a sua construção.

A questão sobre desenvolvimento regional do Nordeste é um objeto bastante discutido e comentado em trabalhos acadêmicos, estas produções normalmente não tem o enfoque na raiz teórica que promoveu essa discussão, pois falar em desenvolvimento do Nordeste é falar na importância do grande economista Celso Furtado que coordenou a criação do relatório do GTDN, tendo sua ascendência teórica Cepalina, com enfoque na desigualdade da América Latina e que serviu para a teorização do documento “Uma Política de Desenvolvimento Econômico Para o Nordeste” – o GTDN. Além disso, este estudo mostrará que falar em

desenvolvimento do Nordeste, deve-se creditar o relatório do GTDN, para o provimento dessas discussões, além disso, este estudo terá um diferencial, uma vez que irá adentrar no relatório e não apenas irá citar a sigla “GTDN”, como é decorrente em diversos assuntos acadêmicos sobre esta temática, dando a devida importância a este documento para o debate sobre como promover o desenvolvimento do Nordeste.

Em suma é mostrar o qual atual o tema sobre desenvolvimento regional do Nordeste é presente, principalmente em anos eleitorais e ao ler este trabalho poderá constatar o quanto o passado gerou consequências positivas e negativas e como um simples relatório serviu de base para a promoção de políticas e programas para o Nordeste, ou seja, pensar em uma construção de uma hidrelétrica, programas de renda em apoio a seca e a pobreza e investimentos maciços do governo federal para os nordestinos é pensar no relatório do GTDN, pois sem dúvidas foi à luz que o Nordeste precisava em outras palavras “a esperança” de uma região com sinônimos de desenvolvimento futuro.

METODOLOGIA

A pesquisa parte de uma abordagem bibliográfica qualitativa através de uma revisão da literatura em postulados que trataram sobre o desenvolvimento regional do Nordeste na década de 50 a 60. Bem como, a importância do documento cunhado pelo o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), denominado “Uma Política para o Desenvolvimento do Nordeste”. Vale resaltar, que também percorremos em artigos e livros sobre as teorias econômicas, dentre elas o desenvolvimentismo e o liberalismo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A década de 50 para o Brasil foi marcada por várias transformações de cunho político, econômico e social, também conhecido como anos dourados, neste período o sistema capitalista começa a se instaurar de verdade na realidade brasileira e isso faz com que o Brasil comece a introduzir novos rumos para sua economia e na política começa a se adequar aos anseios daquela época e principalmente a influência do mercado exterior e seguir os moldes internacionais.

Em 1950, os governos de Getúlio Vargas e de Juscelino Kubitschek, os quais, em linhas gerais, fomentaram o processo de industrialização nacional pela substituição de importações iniciado por Vargas e pela abertura do capital externo por Juscelino

Kubitscheck para um planejamento estratégico em favor da construção de uma infraestrutura como rodovias, hidroelétricas, aeroportos e pela promoção da indústria de base e de produção de bens de capitais, fundamentais para produção nacional. Um dos símbolos maiores deste processo de modernização foi à construção de Brasília, nova capital do país inaugurada anos depois no início dos anos 60. (RIBEIRO, 2010, p. 2).

Sendo assim, vemos que no âmbito político o Brasil começa a entrar em um processo de industrialização que seria uma das formas de desenvolver o país, porém este “desenvolvimento” não era totalizado, só era beneficiado apenas as regiões Centro-Sul, começando assim a agravar-se os problemas regionais brasileiros.

De acordo com Cano (1998, p. 61)

Os problemas regionais brasileiros, como se sabe, só afloram com maior densidade à discursão política no final da década de 1950, por duas razões marcantes: o flagelo das secas nordestinas em 1958-59 e pela elevada concentração dos investimentos produtivos industriais em São Paulo, notadamente no transcurso do período de 1956-61 (Plano de Metas).

Na área econômica a década de 50 também passou por metamorfoses, antes se tinha um Brasil agroexportador, onde o café era seu principal produto econômico. A base inicial para o Brasil industrial e que levaria o país ao tão sonhado desenvolvimento, começou no governo de Vargas com as primeiras companhias industriais no Brasil e se intensificou no governo JK, que além de colocar em seu Plano de Metas a industrialização como forma de desenvolvimento, também iniciava as práticas capitalistas com força no Brasil, como a abertura econômica para o capital estrangeiro e principalmente empréstimos externos para impulsionar a indústria no Brasil e posteriormente a construção da capital do país Brasília.

Outros planos econômicos na época foram o Plano Salte no governo Dutra (1946-1951), Plano Lafer com Vargas, e como já mencionado o Plano de Metas de Kubitscheck, todos priorizando os setores de transporte e energia (os dois últimos planos também a indústria de base) como molas indutoras do desenvolvimento econômico. Assim percebe-se que não faltou planejamento estatal para que os anos 50 fossem de grande progresso, como de fato foram. (BRASIL, 2005).

De acordo com artigo publicado pelo grupo de pesquisa da Câmara dos deputados (2005, p. 1).

Igualmente empenhado na superação das deficiências de infraestrutura que entravavam o desenvolvimento, JK põe em marcha uma quantidade de obras nunca antes vista. São abertos 20 mil quilômetros de estradas, fundados estaleiros, iniciadas as obras de novas usinas hidrelétricas (Furnas, Três Marias), construídos armazéns e silos, indústrias de mecânica pesada, de cimento, etc. O crescimento das indústrias de base, fundamentais ao processo de industrialização, é de praticamente 100% durante

o seu governo. Mas ainda mais espetacular é a expansão da indústria de bens de consumo duráveis. Abrindo a economia para o capital estrangeiro, JK atrai o investimento de grandes empresas multinacionais. E, não sem recorrer a empréstimos externos e constantes emissões de papel-moeda, constrói Brasília, obra que vem consolidar a integração territorial do Brasil e interiorizar o desenvolvimento.

Conforme aponta Cano (1998, p. 68)

Como resultado da intensa industrialização, o centro de gravidade da economia se desloca do setor agrário para o setor industrial. Porém, a partir do final da década surgem com o modelo econômico adotado por JK dois fantasmas que estorvariam a economia brasileira por anos a fio: dívida externa e inflações altas.

Outra questão que devemos salientar é que o crescente desenvolvimento da indústria brasileira provocou o aumento da população como em nenhuma outra década do século 20, a população brasileira desenvolveu tanto quanto no período 1950-1960, “um crescimento em torno de 35%, com o número de pessoas saltando de 52 para 70 milhões. Tal como na década de 40, a população urbana cresceu bem mais que a rural (59% contra 13%), passando de 36% para 44% do total”. (BIBLIOTECA DO IBGE, 2011, p. 34). Esse aumento é explicado em grande parte pela atração exercida pela crescente industrialização das capitais do Sul e Sudeste, causando um forte êxodo rural, principalmente das migrações da população do Norte e Nordeste para o Sudeste em busca das oportunidades que surgiam e como também para a região Central do Brasil, com a construção de Brasília que necessitava de mão-de-obra.

Em suma, em âmbito nacional o Brasil passou por grandes transformações, principalmente de cunho político e econômico, onde não só começou seu grande processo de desenvolvimento, mas também provocou à entrada do país no sistema capitalista, algo já tardio em relação às demais nações do mundo e conseqüentemente surge um dos problemas que começa a afligir o Brasil a questão regional, em particular a região Nordeste foi o principal foco dessas conseqüências já iniciada no âmbito nacional, denominado por alguns autores como a “Região Problema do Brasil”.

Desde a colonização do Brasil o Nordeste era uma região de grande importância econômica, a partir das primeiras formas de grande povoamento como as capitanias hereditárias até o ciclo da cana de açúcar, mas conforme as décadas se passavam a região que antes tinha grande importância econômica, passou a serem denominados pelo governo, pesquisadores e a própria população de uma grande região de extrema desigualdade, um lugar em que os indicadores apontavam como uma dos locais de maior pobreza no mundo, chegando a ser chamada com frequência por diversos autores como a região problema brasileira.

A Região Nordeste foi de grande importância para o Brasil no qual tinham capitânicas ricas e de grande importância na época, uma região que foi altamente explorada economicamente, vemos assim que nos primórdios a região Nordeste teve sua importância central para o Brasil, séculos depois, a região teve um grande valor para a formação econômica do Brasil.

Gaspar (2008, p. 2)

Com a chegada dos primeiros colonizadores, o Nordeste foi à primeira região do País a ser ocupada pelos portugueses, assim como sua costa foi também a primeira área a ser explorada. Os interesses de Portugal, no sentido de explorar os recursos naturais brasileiros, fizeram com que o território fosse dividido, então, em capitânicas e sesmarias. O povoamento se iniciou no século XVI, com a colonização do litoral e as "entradas" e migrações pastoris para os sertões. A riqueza e a abundância dos recursos naturais da colônia atraíram, ainda, piratas e aventureiros de outros países da Europa, tais como franceses, holandeses e ingleses.

Questionar um País como de grandes disparidades regionais é pensar no Brasil como exemplo clássico de desenvolvimento desigual, assim o termo "questão regional", diz respeito a um crescimento de um determinado país que se desenvolve de forma concentrada em apenas uma ou duas regiões, neste caso região Sul e Sudeste. Além disso, esse tipo de desenvolvimento não é "totalizado" e essa palavra se intensifica, quando se analisa o Brasil como um país continental e que essa concentração traria posteriormente consequências e grandes disparidades entre as regiões.

De acordo com Silva (2010, p. 1) sobre a questão regional Nordeste

Após o declínio da cana-de-açúcar, o Nordeste acabou perdendo o posto de região concentradora de poder e riquezas, mas os engenhos de cana acabaram deixando um legado de práticas políticas que resistem até os dias atuais, com a imposição de interesses de famílias tradicionais e grupos ligados ao agronegócio, envolvendo a concentração de terras e de riquezas.

Poderíamos narrar a história da região Nordeste ao longo das décadas, porém teremos o intuito de focar na década de 1950, em âmbito econômico, social e político.

Com relação à política Nordeste, umas das coisas que ficou marcado na região entre décadas e décadas que passavam foram às oligarquias do Nordeste, onde não mudavam quase nada e as práticas clientelistas se firmavam cada vez mais, e este tipo de sistema político, era nada mais que trocas políticas, não só no âmbito do nordeste, mas era patrocinada pelo o governo, que no lugar de investir na região, investiam nas oligarquias.

A década de 1950 pode ser considerada como uma das épocas mais difíceis para a Região do Nordeste Brasileiro, neste local se assolava altas taxas de desigualdades sociais, a pobreza, a fome, marcados por duas grandes secas – as de 1952 e 1958 - o descaso por parte do poder público era evidente, mesmo que a região detinha um terço da população do país, ainda era algo desnecessário na visão do governo federal que não destinava nenhuma política de cunho econômico e assistencial para a região.

“A Região Nordeste vive uma crise tão profunda que sua continuidade comprometerá a maior parte da sociedade nordestina. Mais da metade da população é miserável, faminta, desempregada, subempregada e analfabeta”. (ROCHA, 1995, p. 54).

Um dos principais fatores que contribuiu para o agravamento da pobreza na região Nordeste, precisamente no semiárido onde a seca ganhou proporções e passou a ser um fator combatido pelo o setor público.

“Há muito se reconhece que as secas periódicas que castigam a zona semiárida do Nordeste assumem dimensões de calamidade pública devido à situação de pobreza em que vive a maior parte dos seus habitantes” (BRASIL, 1967, p. 67). Ou seja, não era acabar com a seca, pois a mesma acontece por fatores climáticos e cíclicos, mas era saber lidar com essa problemática que juntamente com o descaso do poder público afligia a população da região.

Tendo em vista os níveis alarmantes de incidência de pobreza na região Nordeste do Brasil, é justificável que se busque a redução mais acelerada da pobreza nesta região, o que necessariamente resultará em redução da desigualdade regional. (ROCHA, 1995, p. 33).

Contudo este descaso partiu do governo central que passou a direcionar seus investimentos para a região Centro-Sul do Brasil, onde se tornava a região de maior importância econômica do Brasil e o Nordeste ao contrário empobrecia a cada dia que se passava. Neste tempo, nenhuma política de grande impacto positivo para esta região era destinada, era como se fosse uma região contaminada no território brasileiro, para o governo federal nesta época só existia uma região econômica, cultural e social o Centro-Sul.

Havia assim, uma concentração industrial, iniciada na década de 40, mas intensificada com o plano de metas do governo de Juscelino Kubitschek, no qual se concentrava principalmente na região sudeste e com isso era uma das melhores formas de desenvolvimento do país, mas que isso não era praticado na região nordeste, pois todos os investimentos internos e externos eram direcionados para essas regiões mencionadas acima, mas não foi só o direcionamento dos investimentos na indústria que motivaram esse descaso, mas bem antes disso a região Centro-Sul se reestruturava em termos do agronegócio e pecuária, onde o

Nordeste tinha essa prática econômica de muito tempo e começou a perder investimentos e atenção por parte do governo federal.

Segundo o relatório do GTDN (BRASIL, 2009, p. 157)

O Estado brasileiro vinha tendo um forte e papel dinamizador da estrutura produtiva na região mais rica do país. Desde os anos 30, no Centro-Sul, o Estado brasileiro por suas ações contribuía intensamente para fazer com que a indústria substituísse o setor exportador cafeeiro como promotor principal do crescimento econômico daquela região. No Nordeste o setor público não exercia tal função.

Até então não se tinha nada sendo feito por parte do governo federal para amenizar os problemas que se agravavam cada vez mais na região Nordeste, não era esperado uma solução que abolisse com a pobreza, que pelo menos pudesse propor algo que principiasses debates sobre o que o Nordeste ocorria naquele período.

Este panorama sobre a questão nordestina passou a mudar conforme a sociedade reivindicava soluções para este grande problema, que assolava ainda mais com a grande seca que se ocorria no fim da década de 1950. As oligarquias que eram politicamente fortes começaram a enfrentar o governo federal, pois os mesmos vinham perdendo poder econômico no qual eram donos de grandes propriedades de terras e a seca que castigava a região, também ocasionava para eles a perda de produção, vale ressaltar que participavam dessas reivindicações os mais liberais, pois os conservadores tinham laços de trocas de favores com o poder central.

Conforme atenta o Caderno do Nordeste (VÁRIOS, 2000, p. 1)

Em meio a um clima de desesperança, a própria sociedade nordestina, liderada por alguns setores de participação mais ativa na vida regional, a exemplo da Igreja, dos sindicatos e de algumas facções políticas menos conservadoras, mobilizou-se, conquistou a opinião pública e pressionou o Governo Federal no sentido de adotar medidas mais firmes em benefício do Nordeste. A situação era de calamidade e a Região em nada refletia a política de industrialização adotada pelo Governo e que já apresentava impactos positivos na economia do Centro-Sul do País.

A partir dos anseios da população nordestina, o presidente Juscelino Kubistchek, manda criar em 1957 o relatório do GTDN. Com isto um grupo de pesquisadores coordenado pelo economista Celso Furtado cunha um documento onde tinha as funções de diagnosticar e planejar políticas de desenvolvimento da Região Nordeste, mas isso só foi possível com a participação da sociedade nordestina, pois sem eles seria difícil, o governo federal nesta época tinha sua atenção destinada para a região Centro-Sul do Brasil.

Segundo o Diretor de Desenvolvimento Econômico e funcionário da Sudene (VÁRIOS, 2000, p. 2)

Desde 1968, José Antônio Gonçalves, o Governo Federal, pressionado pela sociedade civil e consciente de que as raízes dos problemas nordestinos não residiam apenas na questão hídrica, criou, em 1957, o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), entidade ligada diretamente à Presidência da República. Responsável pela elaboração de um plano de trabalho em favor da Região, o GTDN realizou um minucioso levantamento das questões regionais, estudo esse apresentado ao então presidente Juscelino Kubitschek em julho de 1959.

A criação do relatório do GTDN surgiu por conta dos debates e divulgação das estatísticas concernentes ao desempenho econômico das regiões do país no qual o Nordeste apresentava índices de desigualdades relativamente muito altas, com isso o GTDN veio para examinar a questão das crescentes desigualdades inter-regionais e traçar as linhas mestras de seu equacionamento.

Em suma, observa-se que a região problema brasileira, surgiu de uma escolha feita pelo o governo naquela época, optaram por um desenvolvimento concentrado, sem pensar nas consequências que gerariam dentro o país. Além disso, a opção de desenvolvimento era na verdade uma exclusão regional nordestina que para o poder central não iria atrair investimentos e com isso não seria possível desenvolver a indústria na região. Porém, vale ressaltar que essa opção em desenvolver o país concentradamente não foi ao acaso, teve outras influências no que cabe analisar e interpretá-las para entender como se deu o processo de atenção do governo para o Nordeste.

“A década de 50 foi um dos momentos mais férteis da história brasileira não apenas em termos de transformação socioeconômicas e dos movimentos sociais e políticos como também a grande discursão teórico-ideológico” (MANTEGA, 1989, p. 32) e é dentro desse contexto de grandes discussões ao longo desta década que surge o GTDN (Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste) um conjunto de pesquisadores que no fim da década de 1950 são chamados para realizar um diagnóstico com o objetivo de encontrar soluções que permitissem a progressiva diminuição das desigualdades na região Nordeste.

O GTDN foi encomendado pelo presidente do Brasil entre 1956-61 Juscelino Kubitschek que em meio a vários fatores que ocorriam no Nordeste como fraudes em folhas de pagamento, desvio de recursos, a seca que castigava a região entre 1957-58, as manifestações por meio da sociedade como sindicatos, ligas de camponeses, a intervenção da igreja católica e como também os oligárquicos mais liberais nordestinos.

Cohn (1976, p. 69) sobre os fatores que contribuíram para criação do GTDN:

Neste mesmo ano, Juscelino Kubitschek viu-se às voltas com a grande seca de 1958, que agravou a crise econômica nordestina e a tensão social, além de colocar em xeque

a política federal para a região. Apesar de o Nordeste dispor de razoável infraestrutura (estradas, suprimento de energia elétrica), açudes, barragens, e contar com apoio do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), da Comissão do Vale do São Francisco (CVSF) e do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), o Governo Federal teve que lançar mão de uma política de obras públicas de emergência para criar mais de 500 mil empregos (duas vezes mais do que na seca de 1932), além de enviar verbas de socorro, alimentos, remédios e instrumentos de trabalho.

Outro aspecto de pressão que o governo sofria advindo do Nordeste era de cunho político no qual o presidente em questão estava perdendo apoio em dois dos maiores redutos eleitorais e econômicos da região, Bahia e Pernambuco.

O pesquisador escolhido para coordenado do grupo foi o economista Celso Furtado que como já observado, desenvolvia e estudava profundamente as questões da desigualdade social na América Latina e Brasil, bem como o efeito gerado pelo o subdesenvolvimento, além de entender como sair dessa letargia que os países do hemisfério ocidental sul passavam em relação a sua economia.

“Em 1958, depois de renunciar ao seu cargo na CEPAL, Celso Furtado assumiu uma das diretorias do BNDE (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico), dedicada ao Nordeste, passando a intervir no Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN)”. (FURTADO, 1989, p. 37).

Com o grupo já formado, Celso Furtado começa a desenvolver o diagnóstico na região Nordeste, identificando suas principais problemáticas e a realidade que ocorria localmente e como a influência de certas práticas econômicas em âmbito federal tinha consequências no Nordeste. O GTDN denominou relatório de “Uma Política para o Desenvolvimento do Nordeste”.

O GTDN (Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste) foi apresentado em março de 1959, onde o documento contém um total de 94 páginas, apresentando diversos quadros estatísticos, estava dividido em quatro partes, além de uma Introdução Geral: I – O Nordeste na Economia Brasileira; II – Elementos Dinâmicos da Economia do Nordeste; III – Aspectos Econômicos do Problema das Secas; IV – Plano de Ação.

O relatório inicia-se com uma parte introdutória, onde elenca os principais questionamentos a respeito do Nordeste em que serão analisados posteriormente, seja sobre as disparidades de renda entre a região Nordeste e o Centro-Sul onde “a renda média do nordestino é menos de uma terça parte da do habitante do Centro-Sul. Sendo a renda muito mais concentrada no Nordeste, a disparidade de níveis de vida da massa populacional ainda é bem maior” (GTDN, 1959), é notório que o principal grave problema a ser enfrentado em pleno novo modelo econômico, adotado pelo o Brasil, pois na teoria nacional desenvolvimentista, não deveria apresentar problemáticas de cunho socioeconômico, pois o modelo era espelhado em

países da Europa onde essa temática pouca foi ocorrido no qual já havia práticas reduziram esse quadro social.

“Nos fins da década de 1950, a questão regional ganha destaque no Brasil. O desigual desenvolvimento do capitalismo aprofundara as distâncias econômicas e sociais entre o Sudeste, em rápido processo de expansão com base na indústria, e o Nordeste, com sua economia estagnada, figurando entre as áreas de maiores índices de pobreza do mundo”. (ARAÚJO, 2000, p. 143).

Complementa o Relatório do GTDN.

“Essa disparidade é maior que a observada entre as economias do Centro-Sul e a dos países industrializados da Europa ocidental. O Nordeste brasileiro se singulariza no Hemisfério ocidental como a mais extensa e populosa zona de nível de renda inferior a cem dólares por habitante”. (GTDN, 1959, p. 09).

Sendo assim, o documento continua a comparar o ritmo de crescimento entre as regiões distintas aqui mencionadas (Nordeste x Sul-Sudeste), como também projeções futuras se o quadro persistisse no que levaria o problema para um maior patamar.

Nesta parte inicial, o grupo e em especial Furtado, expõem que os problemas eram seculares, ou seja, foi ocasionado pelas práticas passadas que gerou consequências futuras, isso era bem característico do pensamento Cepalino de Celso Furtado em suas obras quando se fala do atraso brasileiro e nordestino.

Observa-se em vários capítulos do documento, o livro “Formação Econômica do Brasil” de Furtado serve de grande base teórica para o GTDN, quando faz a necessidade de mostrar que os problemas atuais do Nordeste, vem de práticas seculares e que refletem em consequências futuras.

“A economia brasileira está marcada pelo baixíssimo grau de desenvolvimento da economia colonial, pelo atraso na formação do mercado interno, pela eclosão tardia da industrialização, pela subordinação da substituição de importações à lógica da modernização dos padrões de consumo, pela presença de fortes heterogeneidades produtivas, sociais e regionais, bem como pela cristalização de uma estrutura centro-periferia dentro do próprio país que tendia a agravar as desigualdades regionais, pela tendência ao desequilíbrio externo e à inflação estrutural, pelas dificuldades para a consolidação de centros internos de decisão autônomos e pelo retardo na definição de uma política econômica genuinamente nacional”. (FURTADO, 2005, p. 8).

Outro ponto importante é sobre as transferências ou repasses do governo federal para a região Nordeste que era infinitamente menor do que aplicado nas regiões Sul e Sudeste, Além disso, o que segurava a situação econômica da região era o setor agroexportador, que embora sua participação no total de econômica gerada fosse pequena, mas, juntamente com os repasses governamentais era o que ajudava financeiramente os estados pertencentes à região Nordeste.

Ressalta-se que o setor agroexportador, estava sendo prejudicado ao longo das décadas, desde a mudança de investimentos do setor açucareiro para os cafezais do Sudeste, como também a aquisição de novas técnicas para o setor no Sul-Sudeste, acarretando assim um desvio de incentivos e investimentos, gerando assim, desemprego e altas taxas de desigualdades sociais.

A primeira parte do relatório é denominada “O Nordeste na Economia Brasileira” no qual é observado que o grupo iniciou a princípio uma análise bem costurada por fatores econômicos e sociais, diagnosticando os níveis de disparidades de desenvolvimento que ocorria naquela época no Brasil e que era o principal problema a ser enfrentado pelo o governo brasileiro.

O grupo relata sobre os fatores geográficos e estatísticos macroeconômicas da região Nordeste, no qual se estende da Bahia ao Piauí e tinha na época um total de 18,7 milhões de habitantes, produziu no ano de 1956 um total de 102 bilhões de cruzeiros, tendo renda per capita de 5,5 mil cruzeiros que hoje na moeda real valeria em torno de R\$ 2,50. Entretanto esse quadro era o contrário ocorrido nesta mesma realidade nas regiões Centro-Sul do Brasil com o dobro do PIB total e per capita da região.

As regiões Norte e Nordeste encontravam-se deflagrada estatisticamente em sua economia, é observado sobre a ótica dos investimentos que o governo destinava apenas para a região Centro-Sul no qual era responsável por mais da metade do PIB brasileiro, pode-se analisar quando pensa na existência de dois “Brasis” um com o modelo econômico baseado do investimento na indústria, em infraestrutura (Desenvolvimento Nacionalista) e outro modelo que ainda seguia os atrasos de décadas passadas, baseado na agricultura, onde os grandes fazendeiros denominados agora de oligarquias, comandavam a região e eram os responsáveis por captar os recursos advindos da união destinados para o Nordeste.

Cano (1998, p. 72), quando analisa a concentração de investimentos nos anos 50, na região sudeste, em especial o Estado de São Paulo.

Dado que fora em São Paulo que se haviam desenvolvido os dois maiores e mais modernos segmentos produtivos do país – agricultura e a indústria -, era natural que tantos os efeitos da crise poderiam ser mais devastadores do que no resto do país, quanto pela decisiva ação do Estado, a recuperação iria concentrar, maiormente ai, seus principais frutos.

Observa-se que era consenso geral, quando se falava sobre as questões distributivas nos anos 50, como é bem elencado no GTDN que as grandes disparidades de renda, seriam o principal aspecto a ser combatido. Independente da corrente que implementasse no Brasil, a

questão sobre distribuição de renda e suas disparidades no Brasil, continuaria, até que ocorresse algo que pudesse mudar esses mecanismos.

“Na verdade, o Nordeste brasileiro constitui a mais extensa área de baixo nível de desenvolvimento do continente americano. Com renda per capita similar encontra-se, na América do Sul, a Bolívia e o Paraguai (...). Entretanto, a significação do Nordeste, no quadro do subdesenvolvimento latino-americano, salta á vista se tem em conta que a população de todos esses países, considerada em conjunto, não alcança metade da nordestina”. (GTDN, 1959, p. 16).

Voltando para os contrastes entre o Nordeste e o Centro-Sul, o GTDN elenca que a realidade nordestina é ainda pior do que entre as regiões mencionadas, como também em comparação a outros países que apresentam mesmo aspecto territorial, ou seja, pertencente ao lado ocidental menos desenvolvido, que ao colocar em ação o plano do desenvolvimentismo nestas localidades não houve uma inversão tão imensa quando vista no Brasil.

Com a implantação do desenvolvimentismo no Brasil, o novo modelo econômico em tese, geraria avanços em várias áreas, como, por exemplo, empregos e o aumento da renda, isso na prática aconteceu no Centro-Sul no que houve um “bum” em geração de empregos diretos, visto que as oportunidades eram destinadas a indústria e a construção civil, ou melhor, trabalhavam no meio urbano das grandes capitais, mas, também havia grandes ocupações na agricultura, onde se tinha uma tecnologia avançada e o valor salarial eram bem melhor.

O grupo analisa que um dos fatores determinantes a princípio são as transferências de renda que são ocasionadas pelo o setor privado, principalmente advindo de capitais do Centro-Sul, destinado à fabricação de matérias primas; a também as transferências do setor público, sendo as principais, mas, com um diferencial, no que nem sempre o Nordeste recebia um valor mensal igual, pois era de acordo com a realidade das estações que levava em dois aspectos; o primeiro seria em períodos de chuvas, por exemplo, os valores financeiros das transferências reduziam, visto que o principal problema a princípio que o governo levava em conta era a estiagem.

O segundo aspecto era em anos secos, períodos que a seca se tornava o pior problema para os nordestinos e também era o principal gargalo que o governo tinha para combater, no que era necessário um maior volume de gastos, além de a região apresentar grande contingente de indivíduos afetados, mas “devido ao seu caráter assistencial, são gasto que quase nenhum efeito tem na estrutura econômica e na capacidade de produção do sistema” (GTDN, 1959, p. 33), para o Estado se tornava um problema econômico, como já observado, estavam em plena implantação das indústrias no Centro-Sul e isso demandavam grandes custeios. “A análise do dispêndio público revelava que o governo federal gastava mais no Nordeste do que arrecadava

na região. Quantitativamente, o gasto tinha papel positivo na região com menor ritmo de crescimento econômico”. (ARAÚJO, 2005, p. 155).

Outro ponto de grande importância que o GTDN identifica, é com relação às transferências em que nos anos secos os investimentos no Nordeste tendiam a aumentar, pois demandava um maior incentivo financeiro. Já no Centro-Sul, havia uma redução de recursos, entretanto, para não ocorrer um retrocesso dentro do modelo implantado, o setor privado era destinado a “segurar” financeiramente esses setores.

Em suma, é observado o quanto o relatório conseguiu visualizar de forma clara e precisa a região Nordeste, de forma que mostrasse, não só as problemáticas econômicas existentes, mas direcionar a mazela que corrompia a raiz, além de possibilitar para a região, um novo olhar, diferentemente das perspectivas anteriores, que era de uma “região problema”, em que ficaria difícil acontecer soluções, porém, a partir do empenho do GTDN, mostra que tudo e todos estão sujeitos a mudança, sejam elas de formas positivas ou negativas, mas, que depende apenas de conhecimento e visão total, noutras palavras, visualizar o Brasil com todas as suas cinco regiões geográficas, em que cada uma apresenta suas especificidades, problemas e antes de tudo indivíduos e aquela que “difere das demais”, o relatório faz mostra, que antes de denominar e adjetivar um lugar estude e acompanhe a realidade e veja seus próprios erros e que é possível sim, apresentar uma “luz” para o Nordeste.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisar o desenvolvimento do Nordeste na década de 1950, sob a visão do grande economista Celso Furtado e sua coordenação no Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), com o objetivo de mostrar a grande contribuição que este documento trouxe para dá visibilidade do Nordeste perante o governo federal, bem como influenciou para as políticas de desenvolvimento nascidas posterior a publicação do relatório “Uma Política para o Desenvolvimento do Nordeste” produzido pelo grupo supracitado. Após todo esse aparato referencial, cabe aqui fechar esta discussão elencadas e analisadas de forma que mostrasse não só a importância do GTDN na visão do governo, mas a base teórica que foi iniciada neste período e que serviu de grandes debates sobre as políticas públicas de desenvolvimento regional.

O Nordeste passou por grandes dificuldades de caráter político, social e econômico, fazendo dessa região umas das mais desiguais do mundo, conseqüentemente neste período há uma de suas maiores secas que agravou ainda mais a pobreza e a fome nesta região. É observado

no Brasil que nesta década estava em plena implantação do capitalismo, mas sob um novo sistema econômico, o desenvolvimentismo pautado na industrialização de forma concentrada nas regiões Centro-Sul do Brasil, deixando assim o Nordeste desassistido de políticas e investimentos socioeconômicos. Além disso, havia um contexto que propiciou o agravamento da “questão nordestina” que se traduziu em problemáticas graves, mas foi a partir deste cenário que foi possível surgir soluções e fomentos teóricos para esses problemas.

O cenário que o Brasil apresentava na década de 1950 foi pautado por grandes avanços e transformações, como também “opções”, a também a mudança do sistema liberal para um sistema que traria o desenvolvimento na teoria para várias esferas do país, que poderiam conciliar os anseios dos grandes industriários como da população e isso parcialmente foi implementado, mas não em todo o Brasil, mas sim nos centro dinâmicos econômicos pulsantes da época, fazendo disto uma comparação histórica com outro período, em que houve a direção econômica açucareira do Nordeste, para os polos cafeicultores do sudeste e foi exatamente, a partir dessas opções de investimentos que produziu algumas das problemáticas do Nordeste nesta década.

É notório que o fator histórico continuou a prevalecer, bem como as ideias liberais, em intervir onde dará rentabilidade, mas vale lembrar, que mesmo com a troca de sistema econômico, ainda o liberalismo, permaneceu aliado aos grandes empresários e para introduzir uma industrialização seriam também indispensáveis, outras formas de investimentos, sendo assim, o setor privado como um grande fomento para o processo da industrialização brasileira estando assim preza as práticas liberais.

As contribuições geradas pelo o relatório do GTDN foram grandes, após sua publicação foi possível o governo ter um novo olhar para a região Nordeste, agora poderiam alocar investimentos e direcionar recursos, pois sabiam onde apresentavam os principais problemas. Foi a partir desse conhecimento que o Nordeste começou aparecer nos plano, programa e projetos para o Brasil, o governo passa a ter um novo olhar e principalmente uma perspectiva futura para a região é criado várias intervenções por meio de superintendências, bancos, comissões e um empenho dos ministérios, dentre estes citados foi de grande contribuição para a SUDENE (Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste).

O GTDN em si, não foi aplicado na prática, mas possibilitou as intervenções a posteriores, os estudos, os debates, novos postulados e novos pensamentos, não só pensa no Nordeste brasileiro, mas o relatório contribui para pensar várias realidades presentes nos países em subdesenvolvimento, foi um estudo pioneiro em mexer em meios, por exemplo, em falar de desigualdade social na América Latina.

Enfim, após toda essa discursão foi possível mostrar o qual importante esse relatório teve para dar visibilidade ao Nordeste, mostrar que aquela região não nasceu como um local onde a pobreza é o nome, e a desigualdade é o sobrenome, mas sim, ter uma visão futura que bastava apenas atenção e conhecimento a essa parte tão importante do Brasil e foi assim, que o relatório do GTDN conseguiu ser a luz do Nordeste e a esperança que faltava.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Tânia Bacelar. **Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro: heranças e urgências**/Tânia Bacelar de Araújo. Rio de Janeiro: Revan: Fase, 2000.

BIELSCHOWSKY, Ricardo, **Pensamento Econômico Brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo. – Condições econômica, 1930 – 1964.** II Título: O Ciclo Ideológico do desenvolvimentismo. – 1. Brasil 5. Ed. Rio de Janeiro: Contraponto 2004.

BORGES, Maria Angélica. **Eugênio Gudin: As Controvérsias do neoliberalismo caboclo:** Revista de economia política, Vol. 20, n° 4 (80), Outubro-dezembro/2000.

BRASIL, Conselho do Desenvolvimento. **GTDN: Uma política para o desenvolvimento do nordeste.** 1° ed. Recife. 1959.

BRASIL, **Década de 1950**, Grupo de pesquisa da câmara dos deputados. 2005. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/atividadelegislativa/plenario/discursos/escrevendohistoria/visitantes/panorama-das-decadas/decada-de-50>> Acesso em: 14 de jul. 2019.

BRESSER, Luiz Carlos Bresser-Pereira. **O desenvolvimentismo é o nacionalismo econômico bem pensado.** 2013. Disponível em: <<http://www.iea.usp.br/noticias/entrevista-bresserpereira>> Acesso em: 05 de out.2018.

CANO, Wilson. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil, 1930 – 1995.** 2. Ed. Ver. Aum.- Campinas, SP: UNICAMP. IE. 1998.

CAVALCANTI, J. S. B. **Frutas para o mercado global.** Estudos avançados da USP, São Paulo, v. 11, n. 29, p. 79-93, jan./abr. 1997.

COHN, Gabriel. **Crise regional e planejamento.** São Paulo, Editora Perspectiva, 1976.

FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e Subdesenvolvimento.** Rio de Janeiro: Fundo Cultura, 1961b.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil.** São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1979.

GASPAR, Lúcia. **O Nordeste do Brasil.** Pesquisa Escolar Online, Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Disponível em: <<http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/>>. Acesso em: 24 de ago. 2019.

GASPAR, Marcio. **O Nordeste no contexto histórico.** Rio de Janeiro, ed. Learn, 2008.

(83) 3322.3222

contato@congresso-conimas.com.br

www.congresso-conimas.com.br

IBGE, **Estatísticas do Século XX**, Biblioteca do IBGE. 2011. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/seculoxx.pdf>
Acesso em: 24 ago. 2019.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2007. 220p.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M.E.D.A. Pesquisa em educação: **abordagens qualitativas**. São Paulo, EPU, 1986.

MANTEGA, Guido. **Celsofurtado e o pensamento econômico brasileiro**. Revista de economia política, vol. 9, n°4, outubro-dezembro/1989.

MELO, Marcos Antônio. **Considerações sobre a tendência ao esgotamento do modelo de crescimento da agricultura nordestina baseado nas atividades de subsistência**. Revista econômica do Nordeste, Banco do Nordeste 3(13), jul./set.1984.

RIBEIRO, Alexandre. **O que é a doutrina social da igreja?** 2013. Disponível em: <http://www.aleteia.org/pt/politica/q&a/o-que-e-a-doutrina-social-da-igreja1120371>.
Acesso em: 11 ago. 2019.

ROCHA, S. 1995. **“Governabilidade e Pobreza – o desafio dos números.”** Texto para Discussão. IPEA – n. 368.

SALOMON, Délcio Vieira. **Como fazer uma monografia**. 6. ed. Belo Horizonte: Interlivros, 1978.

SILVA, Julia César Lazaro da. **História Econômica da Região Nordeste: do século XX aos dias atuais**, Colaborador do Brasil Escola. Disponível em: <http://www.portalsoma.com.br/educacao-e-trabalho/vestibular/historia-economica-da-regiao-nordeste-do-seculo-xx-aos-dias-atuais.html> Acesso em: 18 de jul. 2014.

VÁRIOS. **A Sudene que Deu Certo**. Cadernos do Nordeste. Disponível em: http://www2.uol.com.br/JC/cadernosdonordeste/ne2710_3.htm Acesso em: 24 ago. 2019.